

A agenda interdita ou: a consciê

Entrevista: Plínio de Arruda Sampaio Filho

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

Fotos: Antoninho Perri



Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua fundação, o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Plínio de Arruda Sampaio Filho, diz estar surpreso com o rumo que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está dando à política econômica do país. “As coisas não estão saindo como o esperado”, diz Plínio, que no último dia 17 de junho surpreendeu o governo e o próprio PT ao divulgar um documento contendo duras críticas à maneira como a economia está sendo conduzida.

Intitulado “Agenda Interditada – Uma Alternativa de Prosperidade para o Brasil”, o texto é assinado por 305 intelectuais e economistas, a maior parte ligada ao PT, que acusam a equipe econômica de estar levando o Brasil para um “beco sem saída”, cobram a abertura de um debate com a participação da sociedade e apresentam uma lista de sugestões para livrar o país do “totalitarismo do mercado”.

“A sociedade vem sendo privada de participar ou acompanhar um debate genuíno sobre medidas de política econômica, boa parte das quais decidida de comum acordo com o FMI à revelia de qualquer instância democrática, inclusive do Congresso Nacional”, diz o texto. “Basta. Queremos abrir a agenda da economia política brasileira e expor a caixa preta da política econômica ao debate aberto”, acrescentam os autores do manifesto. Um dos idealizadores do documento, Plínio conta que a idéia de divulgá-lo surgiu espontânea e simultaneamente entre vários intelectuais petistas. “As pessoas perceberam que era preciso fazer alguma coisa”, diz.

O manifesto relaciona sete sugestões para corrigir a rota da atual política econômica. São elas: controle do fluxo de capitais externos e administração do câmbio em ní-

vel favorável às exportações; enquanto perdurar o alto desemprego, redução do superávit primário pelo aumento responsável do dispêndio público; fim de ampliar a demanda efetiva agregada induzindo a retomada do desenvolvimento e do emprego; ampliação dos gastos públicos nos três níveis da administração, com prioridade para dispêndio com ampliação dos serviços de educação, saúde, segurança, assistência e habitação, grandes empregadores de empregos, e de competência também dos estados e municípios - o que implica a restauração da saúde financeira da Federação, inclusive mediante renegociação das dívidas de Estados e Municípios para com o Governo federal; redução significativa da taxa básica de juros, como complemento indispensável da política fiscal de estímulo à retomada do investimento privado; promoção de investimentos públicos e privados em saneamento e infra-estrutura (logística e energia), para assegurar a melhoria da competitividade sistêmica da economia; incentivo a investimentos imediatos em setores privados próximos da plena capacidade; manutenção e ampliação da política de incentivo às exportações; e substituição de importações; política de rendas pactuada para controle da inflação.

“Colocamos o foco de nossas sugestões na promoção do pleno emprego porque se trata de uma política estruturante da solução de outros problemas sociais e econômicos”, diz o manifesto. Pertencente ao grupo de economistas do PT desde 1994, tendo atuado ativamente na campanha eleitoral de Lula no mesmo ano, Plínio diz que o governo reagiu mal ao manifesto. “Simplesmente tentou desqualificar o documento, sem abrir-se ao debate”, observa. Para Plínio, porém, a divulgação do manifesto apenas expôs uma situação que já estava sendo vivida dentro do próprio PT. “O partido está em ebulição. Diria que um terço do partido não aceita o rumo da política econômica em curso”, diz. *Lei a seguir os principais trechos da entrevista que o economista concedeu ao Jornal da Unicamp no dia 25 de junho.*

Jornal da Unicamp— Por que um manifesto nesta altura dos acontecimentos?

Plínio— Em primeiro lugar apontamos a necessidade de um amplo debate sobre a política econômica. Não aceitamos mais a interdição do debate, que consiste em circunscrevê-lo aos marcos do neoliberalismo. Acreditamos importante que a sociedade brasileira entenda as alternativas para a política econômica. Em segundo lugar, criticamos a política econômica do governo.

JU— Qual é a crítica?

Plínio— Esta política é uma continuidade da política do governo FHC, que conduziu o país a um beco sem saída. É uma armadilha recessiva da qual não vamos conseguir sair. Essa política econômica amarra o país na lógica do superávit comercial e do superávit fiscal. E dentro dessa lógica, você não tem espaço para pensar uma política de emprego e de desenvolvimento nacional. Por isso, apresentamos diretrizes gerais para uma política econômica alternativa.

JU— Que alternativas são estas?

Plínio— Elencamos um conjunto de medidas indispensáveis para o governo obter controle sobre a política econômica. Algum tipo de controle sobre o movimento de capital. Não discutimos que tipo de controle, mas afirmamos que sem um maior controle sobre o movimento de capital o Brasil não tem margem de manobra para uma política alternativa. O principal elemento de desestabilização da economia brasileira é a elevadíssima capacidade de movimento dos capitais. É preciso ter algum controle na entrada e na saída do capital e regulamentar isso. É preciso impor condições para que esse movimento não fique exclusivamente ao sabor dos interesses privados. Também temos de ter uma política de redução do superávit fiscal. Quando a economia entra em depressão, o governo tem de fazer gastos públicos. Nós estamos fazendo o contrário. A economia apresenta forte tendência recessiva e as autoridades aumentam os juros reais e o superávit fiscal.

JU— Que tipo de consequências essa política pode trazer para o país?

Plínio— No curto prazo, vamos assistir a um mergulho recessivo, que já está em curso e todos os indicadores sinalizam que tende a se acentuar. No médio e no longo prazo é difícil prever, mas a cartada no governo o deixa na seguinte situação: em primeiro lugar, nada garante que o esforço do governo em recuperar a confiança da comunidade internacional trará uma normalização dos fluxos de capital para o Brasil. O governo pode fazer todo o serviço imposto pela banca

internacional e não ter a contrapartida. Nesse quadro, o país caminharia para uma situação de impasse a exemplo da Argentina. A segunda alternativa, é que o capital volte, dando um fôlego adicional ao modelo neoliberal, mas sem evitar as consequências desse padrão de acumulação que são prosperidade para poucos e pobreza e desemprego para muitos.

JU— Uma pesquisa divulgada pelo IBGE em abril revelou queda na produção industrial em nove dos 12 estados pesquisados. Isso já seria um sinal de que as coisas não estão saindo como o esperado?

Plínio— O governo Lula fez uma radicalização da política econômica do governo FHC. Ele intensificou o aperto fiscal e o aperto monetário. O aprofundamento da recessão é reflexo dessa política. O Brasil já estava praticamente estagnado. O que estamos assistindo agora é uma mudança de patamar, com uma depressão ainda maior da economia. Não há dúvida de que isso é reflexo de juros reais estratosféricos e de uma política de superávit fiscal muito truculenta. Mas o pior dessa política ainda está por vir. O governo propõe reformas que vão reforçar a blindagem institucional que amarra o país no neoliberalismo.

JU— O senhor fala das reformas fiscal e da previdência?

Plínio— Reforma fiscal, da previdência, independência do Banco Central e uma reforma que corre em paralelo que é o acordo da Alca. Fora as outras que estão sendo preparadas, entre elas a mudança na lei da falência, na CLT, etc...

JU— Em relação à reforma fiscal proposta pelo governo, quais são os riscos que ela oferece e as chances dela dar certo?

Plínio— Antes de tudo, é uma reforma tímida. De certa maneira, institucionaliza todos os casuísmos fiscais da era FHC. Então, o objetivo é de institucionalizar o arrocho tributário. Outro objetivo é minimizar a guerra fiscal pela padronização do ICMS. Em tese, isso não é ruim, mas é absolutamente insuficiente para acabar com a guerra fiscal e os conflitos federativos. Um terceiro objetivo é desonerar as exportações.

JU— E a reforma da previdência?

Plínio— Para os estados e municípios essa reforma significa um ajuste fiscal. Para o governo federal, é uma privatização da previdência pública. Trata-se de um grande negócio, superior às privatizações do governo FHC. Já foi dito que essa reforma é uma espécie de Robin Hood às avessas porque você tira do remediado, da classe média, para dar ao banqueiro. O debate da reforma está muito

mal parado. A realidade é que a forma da previdência é um caso exemplar de socialização dos prejuízos e de privatização dos benefícios. A população perderá muito com isso.

JU— De que maneira?

Plínio— Perde porque você ataca o funcionário público, o material humano do estado. E ao fazer isso, você degrada o Estado brasileiro. Trata-se de uma reforma anticonstitucional, antinacional e contra o emprego, que se você deixa uma pessoa por muito tempo trabalhando, você está tirando uma vaga de outro trabalhador. Numa situação de crise estrutural, o emprego é uma reforma na contramão do que deveria ser feito.

JU— Respondendo a esse tipo de crítica, o presidente Lula disse no dia 17 de junho, em Pelotas, que não poderia cortar um cortador de cana trabalhando até os 60 anos enquanto um professor universitário se aposenta aos 53.

Plínio— Acho que ele, em vez de fazer o professor universitário sentar-se aos 60 anos, deveria permitir ao cortador de cana aposentar-se aos 53. Porque para se fazer uma política de emprego no mundo moderno você tem de socializar as opções. Isso se faz diminuindo a jornada de trabalho e o tempo da jornada da pessoa. Ele fez uma manobra burra, porque está nivelando pelo pior. Ele foi eleito para melhorar a situação de todos e não para piorar. Acho que se a situação do país exigisse um sacrifício da classe média para melhorar a situação das classes mais baixas, então seria um sacrifício válido. O problema é que o governo está fazendo um sacrifício da classe média para engordar ainda mais os bancos. Isso é inaceitável.

JU— E quanto à proposta de independência do Banco Central?

Plínio— Trata-se de uma reforma importantíssima mas a população não tem a menor noção do que isso significa. O Banco Central é o quartel-general do capitalismo. Conferir independência ao Banco Central significaria fragmentar o controle que o capital financeiro já tem sobre ele. Na prática isso significa que a política de câmbio de crédito e de juros será feita em função dos interesses dos credores. A independência do Banco Central na prática significa uma renúncia à soberania do estado brasileiro fazer política econômica e conduzir o desenvolvimento nacional. Isso é gravíssimo. A população pensa que é apenas uma medida técnica, mas na verdade trata-se de uma medida política de consequências duradouras. Todas as decisões do Banco Central são de natureza política, no sentido de que beneficiam ou prejudicam alguns interesses.

JU— De que maneira isso acontece?

Plínio— Por exemplo, ao desv



Crítica que vem das universidades



Foto: Antoninho Perri

“O que o Brasil precisa é de uma mudança de qualidade no patamar dos juros e não uma mudança quantitativa dentro de um nível estratosférico”

ou valorizar o câmbio, o Banco Central estará prejudicando alguns e beneficiando outros. O mesmo vale para o aumento ou redução dos juros. Todas as medidas envolvem interesses. Não existem medidas exclusivamente técnicas. A independência do Banco Central significa que o povo brasileiro não vai ter mais voz na definição do câmbio, dos juros e do crédito.

JU—Mas os críticos de esquerda dizem que atualmente a sociedade já não precisa desse controle. Então, o que muda?

Plínio—Muda porque o capital financeiro quer a independência de

papel passado. Ele já tem usucapião do Banco Central. O governo deveria estar fazendo o contrário, ou seja, a estatização do Banco Central. Recuperá-lo como um instrumento de política econômica.

JU—O que o senhor achou da redução de 0,5% que o governo anunciou para a taxa de juros?

Plínio—É um aumento desprezível porque, como a inflação está caindo mais aceleradamente do que a taxa nominal de juros, a taxa real de câmbio está aumentando. Então trata-se mais de uma medi-

da para atenuar as críticas contra as altas taxas de juros do que uma mudança na política econômica. Em minha opinião, não tem efeito concreto algum. Mesmo que a taxa caísse para 23%, 22%, as taxas reais de juros continuariam extraordinariamente altas. O que o Brasil precisa é de uma mudança de qualidade no patamar dos juros e não uma mudança quantitativa dentro de um nível estratosférico.

JU—O senhor também critica a adesão do Brasil à Alca. Por quê?

Plínio—A Alca significa uma re-

núncia de soberania sem precedentes na história recente do Brasil. Integrar o Brasil no espaço econômico americano implica em grande destruição de forças produtivas brasileiras. O Brasil tem um parque produtivo, industrial e agrícola, que de certa maneira é redundante com o parque norte-americano. São duas economias continentais e muito diversificadas. Só que a produtividade da economia norte americana é pelo menos dez vezes em média superior à brasileira. Se há uma redundância de parque produtivo significa que um dos dois será destruído. E é claro que será destruído o menos produtivo. É evidente que há setores que ganhariam muito com a Alca, como o agronegócio de uma maneira geral. Mas perde a indústria como um todo, o pequeno e o médio agricultor, o setor de serviços e o estado brasileiro que vai ser desmilingüido pelas cláusulas da Alca. E, mesmo os que ganham, ganharão pouco porque o governo norte-americano protege os seus setores mais frágeis.

JU—Uma das críticas feitas pelo grupo que assina o manifesto é que o governo Lula estaria adotando uma espécie de stalinismo econômico. O que o grupo quer dizer com isso?

Plínio—Na verdade estamos criticando a dificuldade que o governo tem em debater a política econômica. O Genoíno [José Genoíno, presidente do PT], por exemplo, disse que o manifesto propunha uma transição para o socialismo. Do nosso ponto de vista, essa maneira de conduzir o debate não contribui em nada para esclarecer a sociedade brasileira sobre as alternativas disponíveis. Ao contrário, é uma maneira de distorcer o debate e circunscrevê-lo à idéia de que ou fazemos o neoliberalismo ou vamos para o dilúvio.

JU—O ministro José Dirceu disse que as propostas contidas no manifesto poderiam significar a volta da inflação. O que o senhor acha dessa declaração?

Plínio—Na verdade, o atual governo está continuando o mesmo padrão de debate da era FHC. Procura desqualificar qualquer tipo de alternativa que fuja do neoliberalismo. No raciocínio do José Dirceu, a sociedade brasileira tem apenas duas alternativas: hiperinflação ou recessão. O que a população brasileira precisa entender, e este é o objetivo do nosso manifesto, é que existem outras alternativas. Estas são as alternativas se a sociedade for incapaz de se desvencilhar dos interesses do capital financeiro.

JU—Mas o presidente Lula defende a sua política econômica dizendo, por exemplo, que o risco Brasil diminuiu depois da sua posse.

Plínio—Acho que há várias confusões. É preciso saber se a política econômica está sendo boa para o banqueiro ou para o povo brasileiro. É claro que essa política está sendo boa para o banqueiro e, portanto, o risco para o banqueiro diminuiu. Mas está sendo péssima para o Brasil. E não se trata de uma política de transição, que permitiria num segundo momento reverter o quadro para uma outra política econômica. Essa é uma política econômica que aponta para um aprofundamento do neoliberalismo. Também temos de entender que o risco está caindo porque o governo é completamente dócil ao capital financeiro. Mas a causa principal dessa queda é um movimento de entrada de capital de curtíssimo prazo no Brasil. Isso porque o governo norte-americano está com taxa de juros real próxima de zero. Com isso, os capitais de curto prazo buscam rentabilidade nos mercados emergentes. Ao fazer isso, acabam valorizando os títulos brasileiros e cai o risco. Mas

é preciso ficar claro que esse dinheiro é um dinheiro especulativo de curto prazo. Os americanos chamam isso de *hot money* porque queima na mão, não fica muito tempo. Então, é uma bobagem do presidente comemorar estas oscilações quando o dinheiro vem, porque quando esse dinheiro sair o câmbio vai fazer o movimento oposto. É como a situação do sujeito que pulou do décimo andar e quando chega no quinto diz “por enquanto está tudo bem”.

JU—Os intelectuais petistas que assinam o manifesto estão surpresos com o modelo de política econômica adotado pelo governo Lula?

Plínio—No meu caso, não diria que houve uma grande surpresa porque o PT já vem rebaixando o seu programa econômico há algum tempo. Até o programa apresentado pelo Instituto da Cidadania já era um programa bem modesto. Mesmo assim surpreende quando comparado com o modelo de política econômica adotado pelo governo. Os mais pessimistas achavam que o governo tentaria uma saída do neoliberalismo. A discussão era se o governo iria conseguir ou não. Mas o que estamos vendo é um aprofundamento do neoliberalismo. O governo está preparando uma segunda geração de reformas neoliberais. E isso é uma surpresa e uma temeridade porque o governo Lula não tem mandato para fazer isso. Ele recebeu um mandato para tirar o país do neoliberalismo.

JU—Isso está gerando discussões internas no PT?

Plínio—O partido está em grande ebulição. Diria que um terço do partido não aceita o rumo da política econômica em curso.

JU—Mas o presidente do PT, José Genoíno, tem pregado a unidade em torno das medidas adotadas. Como fica esse um terço que discorda?

Plínio—A direção do partido procura por todos os meios coibir o debate e qualquer tipo de rebeldia. É um movimento típico de direções autoritárias. O próprio Stalin [Joseph Stalin] controlava o partido e ao mesmo tempo temia tanto o partido que matou uma grande parte das suas lideranças. Estamos vendo isso também no PT. Uma parte da população, principalmente a parte mais esclarecida, já entendeu o que é o movimento do governo e está muito revoltada.

JU—O governo conseguiu instalar no Congresso um rolo compressor para aprovar suas propostas de reforma. Como as alas internas do PT que discordam do governo pretendem tratar essa situação?

Plínio—Nós estamos assistindo a uma situação paradoxal. Quem faz oposição ao governo hoje é uma parte do PT. Todo o resto virou governo. Do Maluf ao Antonio Carlos Magalhães, passando pelo Quéricia, todo mundo virou governo. O que sobrou de oposição? A fração mais combativa do PT que a direção do partido procura sufocar. Isso é gravíssimo, porque se o neoliberalismo é um desastre para o país quando há oposição, sem oposição passa a ser um descalabro. Estamos vendo um movimento muito autoritário no partido.

JU—Como o governo reagiu ao manifesto?

Plínio—O governo reagiu muito mal. O objetivo do manifesto é promover um debate franco, honesto e aberto para que a população entenda que há outras alternativas. Aí a população escolhe a alternativa que deseja, mas de maneira lúcida. Mas o governo reagiu desqualificando o debate e distorcendo o conteúdo do manifesto. Isto reflete um temor do debate.

“O governo está querendo um sacrifício da classe média para engordar ainda mais os banqueiros”